

### Tese 3

Esboço de tese para o congresso da Fenaj

Em defesa de um sistema público de comunicação

Ojando o deslumbramento com o mercado ajuda suamente boa parte de nossos intelectuais a uma deprimente cegueira um telegráfico balanço do que tem representado para a humanidade a globalização e a privatização contribui para reforçar a necessidade das formas públicas de organização dos sistemas de comunicação. Evidentemente, uma proposição desta natureza enfrenta pelo menos duas dificuldades essenciais.

A primeira: o debate ideológico está atualmente predominantemente fixado nos méritos do mercado, entenderido como modelo abstrato, e simultaneamente se ignora o mercado concreto, com todas suas ~~crueldade e perversidade~~ social, elevando a urna altura inatingível os requisitos para o seu acesso.

Segunda: a análise de qualquer proposta de sistema público de comunicação é imediatamente confundida com a experiência stalinista do leste europeu onde, se não havia propriedade privada, isso não era sinônimo de democracia, pois tampouco existia o caráter público da comunicação, sempre autoritariamente substituído pela manipulação e desinformação. Sendo inegável que a ~~ideologia~~ stalinista tenha deixado um prejuízo histórico irreparável para as forças progressistas do mundo, mais importante é afirmar teórica e politicamente a distinção existente entre modelo stalinista e sistema público de comunicação, sempre interessadamente igualados no debate ideológico pelos partidários das soluções mercadológicas para os problemas da democratização da comunicação.

Uma dificuldade adicional decorre daquela primeira: boa parte de nossos intelectuais, como forma de justificar sua prostração ou adesão à onda privatizante, proclamam que a democratização da comunicação depende das formas de propriedade, que os oligopólios privados podem ser democraticamente controlados por formas organizativas oriundas da sociedade civil. Um certa ala proclama ainda a sua credibilidade em que a disseminação das novas tecnologias de comunicação já representaria, por si só, mais democracia.

Não é o que ocorre, mesmo quando nos debruçamos sobre a experiência de países onde a participação da sociedade civil tem significativa dimensão, como é o caso da Europa Ocidental e Escandinávia. Quase todos os países desta região do planeta construíram no pós-guerra formas desenvoltas de sistemas públicos de radiodifusão, com qualidade reconhecida e um certo grau de pluralidade e diversidade democrática. Alguns episódios exemplares atestam: na BBC de Londres uma mobilização de jornalistas na década de 80 assegurou a transmissão de um programa especial sobre a Irlanda do Norte e outro sobre a Guerra das Malvinas, ambos ameaçados de censura por contrariarem a política externa do Reino Unido. Muitos outros episódios existem em que o caráter público da propriedade, combinado com formas de representação da sociedade, asseguraram uma linha editorial e uma qualidade de caráter mais democrático.

Via de regra, nos últimos anos, a globalização da economia e sua repescussão na área da comunicação, seguida da inevitável oligopolização do setor, investiu destrutivamente sobre esses sistemas de radiodifusão públicos, que foram parcialmente privatizados ou debilitados por políticas de estado, com consequências evidentemente negativas para a democracia, a cidadania. Realidade: o magnata australiano Murdoch, em diferentes associações oligopólicas com grupos europeus ou norte-americanos, vai impondo uma política audio-visual de mão única na Europa, sepultando a pluralidade e a

*Nota: Neste trecho da aula sobre a teoria da mídia e sua ação na sociedade contemporânea, o professor menciona a influência da mídia na formação de opiniões e na construção de identidades culturais. Ele destaca a importância da mídia para a difusão de informações e a criação de consenso social. O professor também menciona a influência da mídia na formação de opiniões e na construção de identidades culturais.*

2

diversidade antes garantidas pelos sistemas públicos , colocando em apuros aqueles intelectuais que - alguns apenas por ingenuidade - identificaram privatização , liberdade de mercado , incremento de tecnologias modernas com democracia comunicativa. O resultado disso é simplesmente o oposto. Onde ainda se pode ter algum acesso a algo de plural e de diverso é na programação proporcionada pela radiodifusão pública, seja na Inglaterra, na Bélgica, na Espanha, Portugal , Holanda, Alemanha e França. Fora disso é a mesma produção norte-americana, de padrão de qualidade rebaixado pelos ditames do mercado, difundida para todo o mundo de forma indiferenciada e acompanhada de uma exaltação publicitária a que se atribui valores quase sacros (antes não havia publicidade na tv europeia). Os prejuízos para os valores humanistas são imensuráveis ainda.

1 X

O caso brasileiro, onde sempre predominou a comunicação comercial, não foge ao padrão acima. Se antes tínhamos acesso ao lixo cultural norte-americano, agora uma pequena minoria da sociedade que pode pagar quase metade de um salário mínimo por uma tv por assinatura, pode ter acesso ..... a muito mais vezes o mesmo lixo. Uma diferença: aquí jamais os sistemas públicos de comunicação foram valorizados seja por política de estado (a não ser como instrumento de manipulação, papel atribuído à Radobrás) seja pelo movimento de democratização da comunicação.

Não é possível afirmar que a maior televisão brasileira, com infraestrutura de qualidade reconhecida internacionalmente - não se faz na área privada, mas sob o regime da propriedade pública (TV Cultura de SP), com funcionamento garantido predominantemente por verbas estatais (80 por cento), muito embora gradativamente precarizado (nos últimos meses 120 funcionários foram demitidos, muitas produções suspensas etc).

3

Embora a pressão democrática tenha inscrito na Constituição, no capítulo da Comunicação Social, o regime público de comunicação, diferenciado do estatal e do privado, há reduzido debate na sociedade, talvez nenhum debate organizado, sobre a sua instituição. A Fenaj pode sustentar perante os atores sociais a necessidade de instituição de um verdadeiro sistema público de radiodifusão de caráter nacional, combinando medidas legais e a participação popular, com mecanismos que o tornem inequivocamente permeável à participação organizada da sociedade e com estatuto que inviabilize sua utilização como instrumento de promoção de governos, ou camarilhas regionais. Mais: quando a relação de forças políticas ainda não faz viável uma democratização e uma transformação revolucionária da sociedade, esse sistema público de radiodifusão seria a alternativa mais eficaz frente ao papel desempenhado pelos oligopólios da comunicação que, cada vez mais, atuam totalmente à revelia da sociedade, a quem, prepotentemente, recusam qualquer prestação de contas e, muito menos, canal de diálogo e de participação. Num setor onde, evidentemente, se requer grande incremento de capital e tecnologia, seria ilógico aspirar uma alternativa baseada na pequena empresa, a não ser como iniciativa localizada e de pequeno alcance; portanto, sem capacidade de desempenhar o papel de garantir pluralidade, diversidade, qualidade informativa e de entretenimento, afirmação dos valores humanistas, democráticos, da nacionalidade e da cidadania, requisitos sistematicamente negados, em seu conjunto, pela programação veiculada pela radiodifusão oligopolizada.

**ESTATAL**  
Esta proposta inclui, obviamente, o aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas de Estado privados existentes, sua despotocratização, a superação do seu subcavamento técnico e de sua submissão às castas dominantes nacionais ou regionais ou à manipulação político-partidária.

Existe, agora, sua radical democratização, implementando medidas legais e administrativas, que assegurem o seu estrutura público e a participação organizada da sociedade, medidas que devem ser precedidas de amplo debate patrocinado pelo Congresso, envolvendo instituições representativas dos diversos segmentos sociais.

Finalmente, não investimento na televisão em serviços tecnológicos e humanos deve... ser buscado com o objetivo de alcançar uma programação de qualidade, capaz de superar a audiência "traço", e, ao mesmo tempo, assegurar, criativamente, a regionalização da produção, a humanização da comunicação, enfim, todos os princípios constitucionais para setor, com única forma de dar ao país uma programação independente da ditadura mercadológica, rebaixadora da qualidade, vigente na radiodifusão privada.

22.03.98

**obs:** Essa proposta é apenas complementar ao programa atual sustentado pela Fenai

Beto Huerta

Four 1 from 2 tables, daily options. no credit to China  
put no firm.